

Livros escolares de autores  
maranhenses no Pacotilha  
(1880-1939)

School books by authors  
from Maranhao in Pacotilha  
(1880-1939)

Libros de texto de los autores  
maranhenses en la Pacotilha  
(1880-1939)

**Samuel Castellanos<sup>1</sup>**  
**Jarina Santos<sup>2</sup>**



**Resumo:** Analisa-se neste artigo a influência da proclamação da República na organização e seleção de conteúdos dos livros escolares maranhenses em usos, assim como seus autores e as motivações. Fundamenta-se nos pressupostos teórico-metodológicos da história cultural para identificar as obras escolares e sua materialidade no Pacotilha (1880-1939), os sujeitos envolvidos segundo imposições das agências de poder para a produção, as táticas de apropriação empreendidas pelos autores e as concepções/posicionamentos antagônicos sobre o conteúdo. Conclui-se que os livros escolares foram instrumentos fundamentais para colocar em prática o projeto republicano, tanto no combate ao analfabetismo quanto na propagação e formação das novas gerações. **Palavras-chave:** livro didático; instrução maranhense; cultura material escolar.

**Abstract:** Analysis of the influence of the proclamation of the republic in the organization and selection of contents of Maranhão school books in uses, as well as their authors and motivations. It is based on the theoretical-methodological assumptions of cultural history to identify school works and their materiality in Pacotilha (1880-1939), the subjects involved according to the impositions of power agencies for their production, appropriation tactics undertaken by the authors and the antagonistic conceptions and positions about content. It is concluded that school books were fundamental instruments to put the republican project into practice, both in the fight against illiteracy and in the propagation and formation of new generations. **Keywords:** textbook; instruction from Maranhão; school material culture.



## Introdução

Os livros escolares produzidos no início da Primeira República (1889-1930), buscaram reforçar e formar as novas gerações segundo os valores e visões de mundo, concernentes ao novo modelo que pouco a pouco deveria ser incutido nos hábitos e costumes dos brasileiros em todas as esferas da sociedade; livros de classe que se tornaram uma ferramenta fundamental já que ajudaram a colocar em prática tal objetivo via ensino. Com a transformação de regime político, algumas questões de ordem social se alteraram e de alguma forma interferiram na produção dessas obras, a exemplo da perda de influência da Igreja em relação ao Estado e suas demandas, entre elas: a noção de unidade do país e os temas relativos às questões nacionais, a reorganização geográfica dos estados, além do combate ao analfabetismo. Desta forma, nossa problemática se centra em analisarmos até que ponto as mudanças provocadas pela proclamação da Primeira República influenciaram na produção de livros escolares maranhenses?

Sendo tal produção condicionada a uma forma social de escolarização que está intimamente relacionada a questões políticas, estas obras singulares atendiam a interesses de grupos que detinham o poder de selecionar, decidir e/ou determinar os caminhos a serem percorridos. Com o advento do novo regime, a instrução da população, especialmente, no combate ao analfabetismo, foi um ponto fundamental; autores que tiveram que adequar-se a essa nova realidade que exigia métodos rápidos e eficazes de alfabetização, diminuição dos conteúdos religiosos, estabelecimento de regras próprias para a língua portuguesa praticada no Brasil e a valorização da geografia e história local.

Esta pesquisa de caráter histórico se baseia em fontes documentais e usa como pressupostos teórico-metodológicos os três eixos indissociáveis da história cultural (Nunes; Carvalho, 2005; Castellanos, 2022a, 2022b). Com respeito à *História do objeto na sua materialidade* como primeiro eixo, analisa-se o livro escolar no período selecionado a partir de quatro aspectos que o caracterizam: a) a forma como aparecem as notícias do jornal com respeito à produção de livros escolares, segundo críticas, elogios e denúncias; b) a estrutura, em que as notícias foram apresentadas em longas discussões que explanam a organização e conteúdo de cada livro; c) a frequência das publicações que indicam lançamentos de obras e novas edições, títulos de destaque e disciplinas que concentram a produção; e d) o dispositivo em uso, o próprio *Pacotilha* (1880-1939) que ao dar a conhecer a produção maranhense,



nos permite perceber as nuances no contexto social, político e cultural em que as obras foram produzidas (Castellanos, 2020; Santos, 2022).

Quanto à *História das práticas nas suas diferenças* - segundo eixo de análise-, pensar de que modo os autores empreenderam suas táticas de apropriação, ao produzirem livros de classes e coloca-los no mercado, em função das estratégias de imposição instituídas em leis, decretos e regulamentos que apontavam para os ideais impostos pela República que se deveriam incorporar nas obras escolares ou identificar os posicionamentos tomados contra ditas obras é essencial, para questionarmos sobre o que fazem os diferentes sujeitos com o mesmo objeto que lhes é imposto (Bourdieu, 2007); neste caso, o livro de classes como artefato da escola que nos remete à singularidade das práticas.

Já em referência às configurações sociais/culturais instauradas entre autores, professores, instituições de ensino e imprensa com respeito aos livros de classe, e ao lugar que cada sujeito ocupa no tecido societal, bem como às mudanças nas estruturas psíquicas dos indivíduos ou nas formas de pensar ditos livros em função da própria transição de regime político e da profunda transformação social que carrega, para além do entendimento das armaduras conceituais que apontam diferentes concepções, sentenças e ações na época que transparecem nas obras escolares e nas notícias do jornal, são imprescindíveis mobilizar e analisar aqui via terceiro eixo da história cultural para que orientem nossas reflexões.

Nessa lógica, o artigo se organiza em três momentos. No primeiro, tratamos os livros escolares de autores locais no período proposto identificando as obras na fonte e como se projetaram na instrução maranhense. No segundo, abordamos a organização, conteúdo e estrutura dos artefatos visando os aspectos valorizados e silenciados, como as possíveis causas. Por fim, identificamos e analisamos os discursos sobre esta produção no *Pacotilha* (1880-1939), em função das críticas, avaliações e divulgações referentes; isto é, uma reflexão sobre os livros de classes que contribuirá com a História da educação brasileira e maranhense e com a História local do livro escolar.

### **Os livros escolares de autores maranhenses na Primeira República**

A cultura material escolar, compreendida no “[...] cerne da cultura interna de cada espaço educacional de acordo com os objetos e com as próprias práticas” (Castellanos, 2020, p. 5) é aqui enfocada nos livros escolares, na medida em que a escola ganha notoriedade e se institucionaliza como espaço direcionado para a



instrução popular. Inicialmente as instituições de ensino primário funcionaram em locais insalubres e com objetos improvisados; situação que começa a modificar-se com a introdução da modalidade dos grupos escolares ocorrida no final do século XIX e, no Maranhão, a partir dos ideais republicanos de ordem e progresso que “[...] visavam, principalmente, romper com a representação ineficaz das escolas isoladas do século XIX. Da mesma forma, [que] havia a urgência em mudar a configuração do espaço educativo” (Silva, 2017, p. 99).

Os jornais, por outro lado, nos dão indícios da produção dos livros escolares e das ações tomadas para a organização do espaço escolar na temporalidade em foco. Nesses termos, mensagens, matérias, críticas e análises sobre o conteúdo de obras específicas de autores locais são identificadas nas páginas do *Pacotilha* (1880-1939), a saber: *Fragmentos para a Chorographia do Maranhão* (1901/1<sup>a</sup> ed.), de Justo Jansen Ferreira; *A língua Portuguesa* (1911/1<sup>a</sup> ed.), do Dr. Felipe Franco de Sá, com revisão de Fran Paxeco; a *Nova qartilha portuguesa* (1918/1<sup>a</sup> ed.), de Odolfo Aires Medeiros e a *Pátria Brasileira* (1911/1<sup>a</sup> ed.), de Coelho Neto e Olavo Bilac. Jornal que se define noticioso, se publica aos domingos e teve como primeiro redator Victor Lobato e Barbosa de Godois, em 1891; “[...] periódico de grande expressão no cenário jornalístico maranhense, famoso por registrar os principais acontecimentos da capital São Luís, do interior do Estado e do mundo.” (Castellanos, Cabral, Castro, 2019, p. 3), mesmo que “[...] não [tivesse] programa, nem artigo de fundo – [;] a imprensa a retalho, miúda, sortida, variada (Pacotilha, 1880, p. 1).

No campo da geografia desde o Império, queixas recorrentes sobre obras escolares específicas destes saberes no Maranhão, que contemplassem o território local e nacional, fez com que alguns autores se empenhassem em suprir a demanda<sup>3</sup>, a exemplo de Antonio Rego, que publica *Rudimentos de Geografia* (1863/1<sup>a</sup> ed.) na metade do Oitocentos. Com a chegada da República, esta situação ainda não havia sido sanada e a carência por este tipo de publicação persistia, pois em 1901, quando alguns trabalhos já haviam sido lançados e consolidados, salientava-se que sobre a própria ilha de São Luís, em diversos aspectos permanecia desconhecida; portanto, se era necessário continuar a empreender estudos sobre as questões nacionais (Pacotilha, 1901), as questões locais e regionais eram indelévels. Neste sentido “a inserção de temas nacionais nos livros escolares, assim como foi na Europa, aconteceu também no Brasil a partir da Primeira República. Na verdade, houve a adaptação do modelo europeu para o Brasil” (Silva, 2010, p. 24). Em contraposição a esta concepção, Castellanos (2017, p. 91) afirma que:

[...] se na primeira metade do Oitocentos a literatura estrangeira prevaleceu, coabitante gradativamente com os textos pátrios e os locais que instituía aos poucos o sentido de ser brasileiro e maranhense, posteriormente, mesmo que os livros estrangeiros pudessem servir de modelos à produção brasileira e regional, esta foi assumindo seus contornos específicos, expus sua singularidade e sua diversidade e, por conseguinte, deixou de ser uma “produção modelada” para se concretizar num produto nacional e local.

O livro escolar, como primo pobre da literatura ou produção de pouco prestígio cultural por ser considerado uma obra menor, embora de ascendência nobre (Batista; Galvão, 2009; Bittencourt, 2008; Corrêa, 2006; Lajolo; Zilberman, 1996), não aparece nas biografias nem era muito referenciado na primeira metade do Oitocentos; mas, a partir do gradual crescimento das vagas no ensino público, com o projeto brasileiro de nacionalização e depois da criação da Inspeção Geral da Instrução Pública no Maranhão em 1841, o livro de classes aos poucos se transforma na carne da produção livresca (Bittencourt, 2008) e toma lugar de destaque no mercado escolar, aumentando sua produção, circulação e uso. Ditas estratégias mercadológicas podem explicar “[...] em parte, porque autores eruditos, em número significativo, utilizaram a literatura escolar para divulgar os [seus] trabalhos [...]” (Bittencourt, 2008, p. 83); dinâmica que auxilia a compreender a prevalência de livros de classes estrangeiros que servem de modelos e coabitam gradualmente com textos pátrios e locais até a década de 1860, quando o abasileiramento posterior e crescente fez com que a produto nacional e local assumisse seus contornos específicos, expusesse sua singularidade e mostrasse sua diversidade (Castellanos; Castro; Souza, 2023).

Nessa lógica, visando contribuir com o movimento de fortalecer e aprofundar sobre a história e a geografia local, Justo Jansen Ferreira lança um dos mais notáveis livros intitulado *Fragmentos para a Chorographia do Maranhão* (1901/1ª ed.)<sup>4</sup>, no intuito de renovar os estudos geográficos, especialmente, na perspectiva dos livros franceses. Embora bem avaliado, não há informações sobre sua aprovação ou adoção no ensino, a não ser numa única matéria em que se destaca o esforço empreendido pelo autor na confecção da obra, precisamente pelas dificuldades já sinalizadas por autores locais<sup>5</sup>: a insuficiência de dados na documentação oficial, a exigência de adaptação dos textos e, mesmo, as insuficientes atualizações dos conteúdos em função de reformas de toda ordem; mesmo que com este livro “essa dificuldade com que lutavão os



estudantes maranhenses para o conhecimento geographico da sua terra natal desaparecesse em que se achão elucidados muitos pontos até então obscuros e corrigidos diferentes erros” (Pacotilha, 1901, p. 3).

Neste sentido, alguns autores conseguiram reunir informações sobre fatos, feitos e ditos da história do Brasil nem sempre acessíveis a todos<sup>6</sup>, pela não regularidade dos registros na documentação oficial que apontam para as mudanças ocorridas no país, seja na formação de cidades e instituições, seja também por novos acontecimentos e a nova demografia, entre outros aspectos oriundos em certo ponto do passado recente da história do país. Esta situação implicou na precariedade dos trabalhos anteriores, segundo Ferreira (1901) quando afirma que no Maranhão foram publicados alguns importantes trabalhos sobre geografia; mas encontravam-se desatualizados, com erros nos dados em boa parte deles, sem contemplar mapas e não atendiam a todas as necessidades do ensino em função do conhecimento do território local e nacional.

A primeira obra tratada, que considera proveitosa, foi o *Dicionário Histórico Geográfico da Província do Maranhão* (1870), do Dr. Cesar Augusto Marques; no entanto, ressalta a necessidade urgente de nova edição, embora não se configurasse como um compendio elementar. Sobre o *Opusculo do Estado do Maranhão* (1892/1<sup>a</sup> ed.), do Dr. Augusto Olympio de Castro, Ferreira (1901) afirma que o material estava desatualizado, bem como não era apropriado ao ensino primário. O jornal quando trata da recomendação do *Fragments para a Chorographia do Maranhão* (1901/1<sup>a</sup> ed.), de Justo Jansen Ferreira, argumenta que supriria “[...] a falta de há muito sentida no ensino entre nós, de uma obra que tratasse com largueza da chorographia do nosso Estado” (Pacotilha, 1901, p. 3).

A *língua Portuguesa* (1911/1<sup>a</sup> ed.) escrita pelo Dr. Felipe Franco de Sá<sup>7</sup> foi elaborada depois de seu autor se afastar da vida pública nos cargos de senador e ministro, quando se dedicava aos estudos que resultariam nesse livro; obra publicada parcialmente e inconclusa, já que infelizmente adoecera sem antes concluí-la. Nesse contexto, “o governo do [M]aranhão, conciso do valor daquele trabalho linguístico, e com aprovação do congresso estadual, encarregou pessoa competente de copiar e rever o manuscrito, dirigindo[-o] a publicação” (Pacotilha, 1915, p. 4). Para tal função designam a Fran Paxeco, publicando-se em 1915, sua segunda edição em versão completa.

De acordo com Camara Junior (1968), o surgimento de estudos sobre a fonética no Brasil seguiu o exemplo dos trabalhos empreendidos pelos portugueses. Neste cenário, *A língua Portuguesa* (1911/1<sup>a</sup> ed.), de Felipe Franco de Sá,





representa um marco na produção destes artefatos escolares, já que inaugura o estudo da fonética em nível nacional, na medida em que busca de maneira independente, fixar a pronúncia normal brasileira, fundamentando suas bases teóricas em Gonçalves Viana, o responsável pelo desenvolvimento dos estudos fonéticos em Portugal. Destarte, a contribuição de Franco de Sá se deu segundo dois aspectos

Traçou um quadro do vocalismo brasileiro, que firmou doutrina e cuja influência se prolongou até hoje, e se esforçou por firmar o tipo acentual das múltiplas palavras eruditas em que há variação livre na seleção da sílaba tônica, orientando-se tanto pelo uso como por considerações de ordem histórica, referentes ao étimo próximo (Camara Júnior, 1968, p. 36).

Se autores como Franco de Sá buscam a normatização da língua nacional e inspiram-se em clássicos europeus; por outro lado, há aqueles que pretenderam uma renovação, se distanciando em certa medida deste legado. Assim surge um problema sobre a língua portuguesa do Brasil no que diz respeito à adaptação do idioma, uma vez que originalmente provém de “[...] uma sociedade europeia etnicamente fechada [...] a um novo ambiente geográfico e social, etnicamente aberto, a que aquela cultura teve de se adaptar por sua vez, pouco a pouco, para resistir e continuar” (Camara Junior, 1968, p. 25). Neste ponto, aqueles que se opunham a uma norma rígida equivalente à portuguesa, postulada pelos cânones clássicos e desconsideraram as especificidades nacionais, “ora invoca[m] a necessidade de uma língua própria para o habitai-físico e social brasileiro, ora nos fala[m] de um apuramento da língua cotidiana!” (Camara Junior, 1968, p. 25).

A tendência de identificação brasileira com a portuguesa prevaleceu até o início do século XX, pois “não era possível a obediência estrita a cânones de que resultavam, em última análise, o artificialismo, a incongruência e até, às vezes, contraproducente excentricidade” (Camara Junior, 1968, p. 26). A partir de então foi-se endossando a resistência a tal obediência irrestrita e os autores pouco a pouco passam a sugerir novas proposições para o português praticado no Brasil. Neste sentido, intelectuais de destaque se opunham à adoção do português tal como herdado pelos colonizadores, a exemplo de Jose de Alencar e Antônio Joaquim de Macedo Soares que chegaram a publicar o *Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa* (1889/1ª ed.), que continha “palavras e frases





que, originarias do brasil, ou aqui populares, se não encontram nos dicionários da língua portuguesa, ou nelles vêm com forma ou significação diferente” (Soares, 1889, p. 7), defendendo-se no prologo da obra, que “já [era] tempo dos brasileiros escreverem como se fala no Brasil e não como se escreve em Portugal” (Soares, 1889, p. 9).

É precisamente nessa lógica que se pública *A Nova qartilha porugueza* (1918/1<sup>a</sup> ed.), de Odolfo Aires Medeiros, na qual se opta por algumas inovações, entre elas: “[...] baniu do abecedário [...] os intrusos – *k, w, y*, que nunca foram letras da nossa língua” (Pacotilha, 1918, p. 2). Proposta que o jornal defende, quando concorda com a retirada destas letras do alfabeto, já que o considera como um livro necessário que desafia os padrões e vai na contramão do estabelecido nas regras até então impostas, pois

São velhas as tentativas em prol da ortografia sónica, tanto no país onde se criou o nosso idioma quanto no Brazil. Mas as que conhecemos, e são poucas, conteem-se nuns certos limites, para não escandalizar muito os pirrônicos. O processo do sr. Medeiros é em demasia revolucionário, atentando contra habito seculares. Há bastante lógica nas regras que o sr. Odolfo Medeiros concatena. Mas o mundo é um produto mojico, desde os seus fundamentos. Contentemo-no, por isso, com o que nos for possível obter, dentro das normas pacatas do meio termo. E não será mau (Pacotilha, 1918, p. 2).

*Pátria Brasileira* (1911/1<sup>a</sup> ed.), de Coelho Neto<sup>8</sup> e Olavo Bilac<sup>9</sup>, - ex-alunos da faculdade de direito, embora não concluída -, trata sobre a história do Brasil desde a chegada dos portugueses. A sua 23<sup>a</sup> edição foi publicada em 1930 e fez parte de um conjunto de livros e demais textos sobre a temática, produzidos por um grupo de intelectuais (em coautorias ou individualmente), onde a maior parte dos títulos eram compostos por expressões que remetem ao território nacional e ao amor ao país, todos direcionados à educação moral e cívica das crianças na Primeira República, pois “além da função de comprometerem-se com a nação, os livros carrega[va]m outra missão: divulgar e criar os símbolos e metáforas da nova imagem do Brasil em desenvolvimento” (Silva, 2010, p. 43).

Livros que apresentam uma série de situações que estavam postas no período e apontam para os posicionamentos dos autores. Formação do alunado que é tensionada entre dois opostos: uns que consideram a tradição e herança



portuguesa como ideais e valores que se pretendem preservar; outros voltados para a construção de um novo país valorizando os hábitos e costumes locais. Essas significativas diferenças, se revelavam nos livros escolares neste momento de mudança da ordem social e política, o que demonstra tanto a resistência de alguns grupos sociais contrários a dita transição, quanto as ações de apoiadores que pretendem modificar tal situação (Santos 2018, 2022).

### **Livros escolares: organização, conteúdo e estrutura**

Ao consultarmos os exemplares identificados no jornal, percebermos que apresentam um conjunto de elementos que em tese conduziriam ao leitor para um sentido determinado pelo qual os produtores pretendiam guiar a leitura; portanto, as notas, as introduções e os prólogos, entre outros paratextos<sup>10</sup>, indicam o caminho para a interpretação dos escritos. *Fragments de Chorographia do Maranhão* (1901/1<sup>a</sup> ed.), de J. J. Ferreira, é o livro que apresenta a maior introdução, na qual se esclarecem alguns pontos, tais como: as produções de obras locais, as divergências conceituais e os autores nos quais se inspirou. O primeiro ponto, diz respeito à vontade pessoal de Ferreira de escrever um livro nesta área, visto que lidava em seu cotidiano como professor de geografia no Liceu Maranhense com a carência de textos que estivessem de acordo com os princípios modernos da Pedagogia. Sua inspiração consistia em elaborar um compêndio didático, modelado de acordo com o método de Motzat, um educador alemão, seguindo os princípios de Levasseur<sup>11</sup>, um dos precursores da escola francesa de geografia, que tinha como um dos objetivos centrais, construir e direcionar a análise geográfica para o campo da economia e da cultura em detrimento do foco na dimensão política. Desta forma, “no discurso geográfico francês, o tema da apropriação do espaço passou a ser equacionado na ótica da relação entre os grupos humanos e o meio e pelo estudo dos “gêneros de vida” (Moraes, 2015, p. 11).

Outra questão, refere-se ao levantamento que realiza sobre as importantes produções no campo da geografia local, citando autores e títulos, a qualidade das obras e os avanços de cada uma delas, bem como as deficiências, erros e os assuntos que deixaram de abordar. Um dos principais pontos de discussão está relacionado aos mapas expostos e aos respectivos erros que reproduziam. Neste sentido, esclarece “que em um mappá ou livros haja erros, tolera-se, mas vê-los reproduzidos em livros ou mapas posteriores, é em grande prejuízo para o ensino” (Ferreira, 1901, p. 7). Portanto, seu objetivo não era preencher a falta



de mapas, visto que tal tarefa exigiria a correção dos já existentes e com isso justifica, o porquê apesar de considerá-los essenciais no ensino da disciplina, não os insere em seu livro. Segundo o autor, um dos melhores mapas são os do senhor Candido Mendes publicado em *Atlas do Imperio do Brasil* (1868/1ª ed.), configurando-se como um magnifico e precioso trabalho; mas salienta que não concorda exatamente com o mapa do Maranhão, pois “não haveria algum engano por ocasião da impressão dos algarismos?” (Ferreira, 1901, p. 8)

Sobre os erros e divergências encontrados nos livros, no que se refere à representação geográfica, como também aos conceitos e estatísticas, J. J. Ferreira (1901) é categórico ao afirmar que o mais importante seria resolvê-los a fim de que se produzisse um conhecimento exato da extensão territorial do Estado do Maranhão, destacando recorrentemente a sua preocupação com as informações precisas e com a correção dos trabalhos, quando se empenha em buscar o máximo de dados que pudessem contribuir. Um trabalho que reunisse um contingente significativo de elementos que subsidiassem a publicação de novas obras a partir da sua pesquisa, além de auxiliar os alunos que iniciavam no estudo da chorographia, as suas cidades, vilas e povoações; dados que não se achariam reunidos em compêndio nenhum nem disponibilizados ao estudante maranhense (Ferreira, 1901).

Para a produção de *Fragments de Chorographia do Maranhão* (1901/1ª ed.), ao levantar dados estatísticos sobre o Estado, especialmente, seu território e população, o autor procurou reunir recortes dispersos que obteve a partir das fontes consultadas, sustentando-as na leitura de bons livros, nos conhecimentos adquiridos e nas informações de pessoas fidedignas (Ferreira, 1901). Destarte, coloca sua publicação a disposição dos “entendidos” visando alcançar o perfeito conhecimento sobre o Estado, bem como convida aos leitores e a quem lhe interesse em contribuir com seu estudo sobre a geografia local, a fornecer informações sobre a localidade em que reside, a fim de corrigir possíveis falhas, omissões e ampliar o saber referente. Acena aos leitores para uma colaboração, sinalizando possível reedição, corrigida e ampliada a partir da interação proposta.

*Fragments de Chorographia do Maranhão* (1901/1ª ed.), inicia por aspectos mais gerais sobre o Estado, apontando o litoral, a superfície e a população. Detalha a configuração e os limites, a latitude e a longitude, discorrendo posteriormente sobre a ilha de São Luís: igrejas, praças e ruas; escolas, tipografias e jornais em circulação; habitantes e intelectuais; cidades e as vilas de cada uma destas localidades, apresentando questões como população e rios,



e descreve o solo e a agricultura, entre outros pontos. Enfim a forma como o autor produz seu texto está de acordo com o postulado de Lefebvre, que se registra numa das passagens escolhidas para estampar a epígrafe da obra: na geografia, é importante que se fixe na memória coisas como os nomes próprios; mas que é também necessário dar-lhes uma alma, sendo só possível por meio dos comentários sensíveis dos autores.

Outro livro que apresenta uma longa introdução é *A língua Portuguesa* (1911/1<sup>a</sup> ed.), de Felipe Franco de Sá, iniciando-se com as questões que envolveram sua produção. Primeiramente, apresenta sua carreira pública e enfatiza sua dedicação aos estudos na área, mencionando-se a doença que lhe impediu concluí-la: a primeira parte foi publicada e dedicada à ortofonia (pronúncia rigorosa) e, a segunda, à orthologia (linguagem correta) (Sá, 1911); já o segundo volume no foi a público em virtude do falecimento do autor. Não entanto, Fran Paxeco (1915), enfrentou algumas dificuldades na interpretação do conteúdo elaborado por Sá na revisão, fazendo alguns acréscimos que transformaram o volume em 200 páginas. O livro dividido em três títulos, dedicado aos sons e ditongos (subdividido em seis capítulos), aos acentos (quatro capítulos) e à euphonia, (um capítulo), apresenta discrepâncias e pontos em comum com as concepções de autores portugueses.

Candido de Figueiredo<sup>12</sup> (1911), ao fazer uma análise da obra de Sá (1911) no *Jornal do Comercio* (1910-1919) do Rio de Janeiro, que posteriormente se tornaria parte do prefácio, disserta sobre a sua importância para a língua portuguesa.<sup>13</sup> Nesta crítica, discute “quais sejam os ditongos portugueses” no capítulo I, esclarecendo divergências entre autores portugueses, nacionais e locais. Nessa lógica, apresenta incoerências: se para João de Barros existem sete ditongos, para Constancio há trinta e cinco; por outro lado, se o próprio Candido de Figueiredo admite oito, Goncalves Viana enumera doze. Contudo, se Franco de Sá (1911) em *A língua Portuguesa* (1911/1<sup>a</sup> ed) estabelece sete (Figueiredo, 1915), demonstrando-se aqui a falta de consenso; Figueiredo (1915), no *Jornal do Comercio* (1910-1919), não só afirma que “é incontestável a erudição e, geralmente, o critério do linguista maranhense; [como também] pede a justiça que se pondere sêr, essa erudição, superior, algumas vezes, à clareza do que ele expõe” (Figueiredo, 1915, p. 5), já que elenca a falta de clareza do autor maranhense em alguns trechos, ao sinalizar erros e discordâncias conceituais referentes aos acentos, ditongos e tritongos, os quais esclarece e apresenta visões de autores clássicos sobre estas questões, que por vezes coincidem com o exposto por Franco de Sá (1911) e às vezes com o próprio Figueiredo.



Por sua vez, *A Nova qartilha portugueza* (1918/1<sup>a</sup> ed.), de Odolfo Aires Medeiros, é um volume simples de apenas 31 páginas que não apresenta paratextos; no entanto, ainda que não se explique a proposta por traz da obra, não deixa de ser profunda, pois endossa a ideia de uma língua brasileira defendida por vários intelectuais no período. As 16 lições, devidamente acompanhadas por exercícios, apresentam o novo alfabeto, que transita desde as vogais (na primeira) até as sílabas e os exercícios correspondentes com a formação de palavras (na quinta), finalizando com os sinais de pontuação usados na escrita, os algarismos com seus respectivos nomes escritos por extenso, os nomes próprios de lugares e pessoas, e uma seção de frases e pensamentos com alguns trechos sobre Deus, livros, fé, religião e de como deveria ser um bom homem.

*A pátria brasileira* (21<sup>a</sup> ed./1930) de Olavo Bilac e Coelho Neto foi a versão que tivemos acesso em formato digital. É dedicado à educação moral e cívica para alunos das escolas primárias. Seus 74 capítulos de duas páginas cada (aproximadamente) não apresentam paratextos, iniciando-se com o contexto europeu no último quartel do século XV, trata das navegações que resultaram na descoberta da América, do descobrimento do Brasil, dos índios, as guerras e as respectivas personalidades presentes neste momento histórico, fazendo-se referência também à ação da Igreja Católica e das capitânicas hereditárias, aos primeiros colonos, aos navios negreiros e de como os negros foram tratados, ao igual que os bandeirantes, a inconfidência e os monarcas D. João e D. Pedro I e II, além de datas importantes: o 7 de setembro, o 13 de maio e o 15 de novembro; volume que foi organizado cronologicamente até a proclamação da República.

Todavia, até aqui, nos detemos sobre a produção das obras em análise, os autores e as possíveis motivações e inspirações das escritas; mas, também se faz necessário entender os discursos vinculados a elas, sejam críticas ou de propagação, sejam de fundamentos que as justifiquem. Neste ponto as mensagens divulgadas no *Pacotilha* (1880-1939) nos ajudam a entender o enredo construído em torno dos livros escolares maranhenses no novo regime.

### **Os discursos sobre a produção maranhense na Primeira República**

Desde o Império até a Primeira República o livro escolar sempre foi um guia para a prática pedagógica do professor com maior ou menor ênfase, dependendo das prescrições, dos programas de ensino, da própria concepção das obras e da formação professor; quanto aos alunos, este artefato da cultura



material escolar se foi constituindo aos poucos numa ferramenta que deveria regular e facilitar as aprendizagens. Se nas primeiras décadas do Império foi insubstituível para o fazer do professor sem formação, cumprindo a função de modelagem da prática; mudanças na subdivisão de conteúdo, nos estilos da escrita e no teor o transformaram num instrumento de controle da ação e dos comportamentos das crianças na escola (Teixeira, 2008), mesmo que seu uso e conteúdos se modificassem segundo os modelos e modalidades de escolas que coabitaram, como também dos métodos de ensino utilizados.

Os modelos de escola segundo o método de ensino usado marcaram a transformação nas relações, na estrutura e no funcionamento das instituições. As diferenças entre métodos, seja individual e/ou mútuo (ambos adotados durante boa parte do Oitocentos), seja misto e/ou simultâneo usados mais tarde, trouxeram diferenças na gramática do ensino e da escola. No entanto, embora esses métodos coabitassem dependendo da diversidade de modelos de escolas, para que o método simultâneo se estabeleça como mudança de hábitos escolares e permitisse a autonomização da relação pedagógica, teve “[...] que esperar a construção de espaços [escolares] próprios [...], que ocorre[u] no Brasil apenas nas últimas décadas do século XIX” (Faria Filho, 2007, p. 142), até concretizar-se o método intuitivo via Lições de coisas pela influência da psicologia, no campo da pedagogia como laboratório e área experimental.

O jornal não expressa para quais modelos e modalidades de escolas os livros se direcionavam. Sem embargo, com a propagação do modelo de escola graduada que se caracteriza por classificar os alunos em grupos homogêneos segundo a idade e o nível de maturidade, por um currículo dividido por graus e a divisão/hierarquização do trabalho docente em que cada sala de aula passou a ter um professor responsável supervisionado por um diretor (Faria Filho, 2007), acreditamos que boa parte das obras foram adotadas nestes estabelecimentos de ensino. Grupos escolares que como principal modalidade do modelo de escola graduada, representaram o projeto educativo pensado para a República e foram os primeiros prédios escolares construídos pelo Estado, que mobilizavam conjunto de saberes, projetos políticos educativos e o modelo definitivo de educação (Faria Filho, 2007). Para além de outras modalidades de escola graduada como modelo de escola, a exemplo das Escolas Modelos anexadas às Escolas Normais e as Escolas reunidas (Souza, 2013), acreditamos que as obras foram adotadas principalmente para os Grupos Escolares no intuito de modificar-se a forma como até então a instrução era praticada.

Nesse bojo surgem *A Pátria Brasileira* (1911/1<sup>a</sup> ed.), de Coelho Neto e





Olavo Bilac, que aborda aspectos sobre a história do Brasil, *Fragmentos para a Chorographia do Maranhão* (1901/1ª ed.), de Justo Jansen Ferreira, que ressalta a geografia do Estado, a *Nova qartilha portugueza* (1918/1ª ed.), de Odolfo Aires Medeiros, com a proposições inovadoras sobre o português praticado no Brasil e *A língua Portuguesa* (1911/ 1ª ed.), de Felipe Franco de Sá, visando a normatização da língua nacional em oposição à postura de autores portugueses. Canal de divulgação para autores renomados que transformaram seus estilos, conceberam novas formas de interagir com um público específico e galgaram reconhecimento nos espaços locais de ensino e na imprensa local (Costa, 2013; Soares, 2017; Castellanos, 2017, 2020; 2022c), o que justifica a temporalidade das fontes garimpadas, em função do cômputo de registros de livros de classes no Império e na Primeira República.

*Pátria Brasileira* (1911/1ª ed.), de Coelho Neto e Olavo Bilac, foi alvo de críticas e discordâncias em uma extensa matéria da *Pacotilha* (1911), redigida por Fran Paxeco, sobre o ponto de vista adotado pelos autores, especialmente, no que se refere, ao descobrimento do país. O jornalista inicia seu julgamento pelo uso do estilo “[...] floreado, [que] as inteligências das escolas primarias luta[va] m com embaraços para o entender. Vizou-se mais a forma do que o intuito didático [...]. Nota[ndo]-se lhes, descaídas imperdoáveis. O cancan ortográfico mant[iv]e-se, como nos demais [livros]” (Pacotilha, 1911, p. 1). Fran Paxeco, ao defender que a língua fosse preservada como a herdamos dos colonizadores, condena veementemente a obra e sinaliza na matéria, cada passagem do livro que discorda da grafia, além de criticar a linguagem estipulada em função do público: crianças em idade escolar; ponto fundamental sempre salientado como essencial para a qualidade do material. Sobre o conteúdo Paxeco ao redigir matéria publicada no jornal defende que:

Podia-se também ser mais verdadeiro, não ideando que Cabral encontrou em Veracruz, enjenhos e turbinas. Podia-se ainda ser exato, não asseverando que o arrojado nauta chegou, *por acaso*, ao Brazil, nem avançar que, durante muito tempo, só vieram no Brazil degradados e criminosos. São duas falsidades clamorosas, as ultimas, repudiadas pelo testemunho dos arquivos (Pacotilha, 1911, p. 1).

Acreditamos que por sua origem portuguesa, Fran Paxeco possui uma visão colonizadora e critica veementemente a produção de Coelho Neto e Olavo





Bilac; atribuir o descobrimento do Brasil ao acaso, seria desapossar ou reduzir fato tão importante à história de Portugal e de igual maneira deslegitimar-lhes ação no processo de conquista de novo território. A perspectiva dos colonizados explorada pelos autores, se posiciona na contramão da interferência portuguesa e da chegada em solo pátrio, da exploração dos recursos naturais, dos nativos e a escravidão:

[...] colonizadores [...] eram donos também dos homens primitivos [...] como sempre a terra tinha que progredir à custa das lágrimas dos seus filhos. Amarrados e domados, sem compreender a violência de que eram vítimas, os índios reduzidos à escravidão, eram amarrados à força das brenhas que os tinha visto nascer (Coelho Neto; Bilac, 1911, p. 59).

[...] veio dos mares da África cheio de gente negra...O porão esta entulhado: homens, mulheres, crianças, os pulsos carregados de ferro, os olhos inundados de lágrimas...vem da África, arrematados pelo traficante, valem como a especiaria, como gado, são coisa venal como lenha da terra, como o coral das águas. Negam-lhes sentimento, negam-lhes sensibilidade, roubam-lhes os filhos, laceram-lhes as carnes (Coelho Neto; Bilac, 1911, p. 74).

Coelho Neto e Olavo Bilac faziam parte de um grupo de intelectuais que no início do novo regime se empenharam em construir a história da nação republicana em substituição da imperial e reforçar o novo momento político e social vivido no país. Eles embasaram-se nos conceitos do movimento ufanista, pautando sua interpretação em elementos que reforçassem o otimismo e na triangulação das três raças: português, índio e africano que formariam o homem cordial brasileiro, reforçando-se assim as qualidades naturais do território nacional (Oliveira, 1990).

Essas armaduras conceituais - aspecto do terceiro eixo da História Cultural a ser analisado -, também se refletiam nos livros escolares, pois para escrevê-los, assumem posições favoráveis à República ou ao Império, adeptos ao português tradicional ou à proposição de uma nova língua neste complexo momento de mudanças nas estruturas psíquicas ou nas formas de se pensar dito livro de classe na instrução no Brasil; enredo em que seria necessário valorizar a cultura nacional acima de tudo para superar-se o legado herdado. Portanto, as críticas à *Nova qartilha portuguesa* (1918/1ª ed.), de Odolfo de Medeiros e à



*Pátria Brasileira* (1911/1<sup>a</sup> ed.), de Coelho Neto e Olavo Bilac, tem como pano de fundo, disputas ideológicas entre aqueles que lutavam e propunham ideias de renovação com o advento da República e os que buscavam conservar a tradição.

Em se tratando dos livros de história, era necessário que abordassem as questões nacionais e locais. Os livros de alguns autores neste novo período pretendiam não só ampliar a perspectiva reescrevendo-se a história do Brasil, como também buscavam expor para além da contribuição portuguesa, a indígena e a africana.

No início da República assiste-se exatamente a este processo, atestado pelos livros didáticos voltados para a socialização das novas gerações. Construir-se uma nova história republicana para substituir a imperial. Esta nova história da nação, porém, teve que dialogar com a outra, não mais defensora do regime monárquico, mas organizada sobre valores naturais e de longa duração como a terra e o caráter do ser humano que habita. Esta corrente chamada de “ufanismo” está ligada menos a eventos de figuras do mundo da política do que elementos componentes do mundo da cultura. Sua interpretação da história da nação está recheada de elementos que reforçam o otimismo, o que a fez ter maior aceitação (Oliveira, 1990, p. 3).

Como se percebe, esta mudança de horizontes provocou certa discordância entre alguns autores que compreendiam de formas diferentes o período colonial e Imperial. É justamente neste ponto que diverge Fran Paxeco, de Coelho Neto e Olavo Bilac com respeito a *Pátria Brasileira* (1911/1<sup>a</sup> ed.). Em relação às produções sobre a língua portuguesa, esses antagonismos também se apresentam n’*A língua Portuguesa* (1911/1<sup>a</sup> ed.), de Felipe Franco de Sá, que embora buscasse um lugar de independência e tenha sido pioneiro nos estudos sobre a pronúncia, esteve mais próximo dos postulados de autores clássicos portugueses; não por acaso o governo maranhense escolhera um autor de tal nacionalidade para dar-lhe continuidade à revisão da obra. Em contrapartida, *A Nova qartilha porugueza* (1918/1<sup>a</sup> ed.), de Odolfo Aires Medeiros, é um exemplo, em que o autor propõe, ainda que timidamente, mudanças sobre os estudos e regras que regem a língua, no sentido de considerar as características do idioma como era praticado no Brasil.

Diante do empenho destes intelectuais, as expectativas de cada nova edição do livro de classes ou do livro escolar era que fosse adotado nas instituições de



ensino e contribuísse com a instrução para tirar o estado e o país do atraso no qual se encontrava no início da Primeira República; no entanto, a sua aprovação e utilização no ensino “[...] dependiam ainda dos lugares que ocupavam os sujeitos no tecido societal (político, econômico, cultural e institucional) e das relações estabelecidas por eles nos espaços de poder” (Castellanos, 2017, p. 151). Diversos sujeitos envolvidos na produção de uma obra e a sua adoção, trazia consigo reconhecimento social, para além da formação de novas gerações segundo os ideais defendidos; isto é, “[...] autores, editores e tipógrafos [que tinham] reconhecimento dos exemplares pela qualidade no sentido didático-metodológico [e] pela utilidade e aplicação no ensino público” (Castellanos, 2022c, p. 7), tendo em vista que o livro escolar ou livro de classes se constituía em ferramenta de imposição pelo qual se ensinara e se formava.

### **Considerações Finais**

O livro utilizado na escola no início da Primeira República serviu como um instrumento que contribuiu com a uniformidade do ensino, tendo em vista que o conteúdo organizado e sistematizado auxiliaria os professores nas práticas pedagógicas. Estes objetos sofreram interferências e controle por parte do Estado, a fim de que interesses fossem transmitidos e a formação pautada na moral, na civilidade, nos bons costumes e no amor à pátria fosse concretizada; Primeira República que foi marcada por alguns avanços na educação: a criação/ organização de escolas e um maior número de professores, uma vez que a formação foi umas das principais questões apontadas para o progresso do ensino visando-se o aprofundamento do saber docente (Castellanos, 2017).

O novo regime político provoca diversas mudanças e impõe novos padrões para a produção do livro escolar e seus respectivos conteúdos, que passaram a privilegiar aspectos da cultura local e nacional, centrando-se na educação moral e cívica dos alunos (ensino laico) em detrimento das lições religiosas; situação que foi estimulada pela separação entre Igreja e Estado, instituições estas que tanto autores e editores, como também professores e alunos deveriam de alguma maneira se adaptar.

Destarte, podemos perceber que a posição social dos autores afetou na circulação e divulgação da produção, alguns tiveram grande destaque na imprensa e suas obras apresentaram diversas edições, perpetuando-se no mercado livresco, já outros não conseguiram alcançar projeção significativa, tal como Odolfo Aires Medeiros (professor do ensino primário de Carolina – MA),



que mesmo conseguindo produzir livros de classes e propor novas ideias, sua representatividade é mínima se comparada a autores consagrados. Há também aqueles indícios de que novas edições de livros escolares seriam publicados, a exemplo Jansen Ferreira; no entanto, não foi possível localizar e nem há registros que apontem tal feito. Já Coelho Neto, que residia na capital do país e fez associação com importantes intelectuais, incluindo Olavo Bilac (com quem coproduziu), teve grande repercussão que se constata no número de edições (29ª ed.) e pelos anos de permanência nas instituições de ensino.

Os anos iniciais da Primeira República foram marcados pela disputa entre ideais nacionalista e o tradicionalismo europeu que perpassou pelos livros escolares ficando marcada nos conteúdos, nos formatos desses materiais, assim como nos objetivos propostos para a instrução enquanto formação da nova geração. Uma parcela de autores, buscando reforçar a identidade nacional, propõe inovações tanto nos métodos de ensino como no distanciamento da influência estrangeira (especialmente europeia); posicionamentos políticos e ideais de construção de um sentimento de nação caro ao povo brasileiro que fica expresso nas produções escolares. No entanto, ainda havia aqueles que não concordavam e queriam preservar a originalidade da língua, a história tradicional europeia e o regime político imperial, a fim de manter seus privilégios, entre cargos de poder e relações econômicas, para além de outras motivações. Tais armaduras conceituais conformaram a sociedade brasileira no período em foco gerando discordâncias entre intelectuais e lutas de representações em torno do universo dos livros escolares ou livros de classes, da sua produção e o uso na instrução pública.

### Referências

BAENA, Manuel. *Informações sobre as comarcas da província do Pará; organizadas em virtude do Aviso circular do Ministério da Justiça de 20 de setembro de 1883, por Manuel Baena, Diretor da 2ª seção da secretaria da presidência da mesma província*. Belém: Typ. de Francisco da Costa Júnior, 1885.

BELEGARD, Pedro de Alcântara. *Relatório do Ministério dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas do ano de 1863*. Rio de Janeiro: Typographia Perseverança, 1864.

BITTENCOURT, Agnello. *Notas históricas sobre a navegação do Amazonas*. Manaus: Associação Comercial do Amazonas, 1949.



BRASIL. Senado do Império do Brasil. *Sessão Legislativa Ordinária – 4ª Legislatura de maio de 1841*. Rio de Janeiro: Typografia Oficial, 1883.

BRASIL. Assembleia Geral, Constituinte e Legislativa. *Annaes do Parlamento Brasileiro*. Câmara dos Srs. Deputados, Terceiro Anno da Quarta Legislatura, Sessão de 1840 colligidos por Antônio Henoch dos Reis em virtude de resolução da mesma Câmara. Rio de Janeiro: Typographia da Viuva Pinto & Filho, 1884.

BRASIL. Assembleia Geral, Constituinte e Legislativa. *Annaes do Parlamento Brasileiro*. Câmara dos Srs. Deputados, Quarto Anno da Quarta Legislatura, Sessão de 1841 colligidos por Antônio Henoch dos Reis em virtude de resolução da mesma Câmara. Rio de Janeiro: Typographia da Viuva Pinto & Filho, 1841.

BRASIL. Assembleia Geral, Constituinte e Legislativa. *Annaes do Parlamento Brasileiro*. Câmara dos Srs. Deputados, Décimo Quarto Anno da Décima Quarta Legislatura, Sessão de 1850 colligidos por Antônio Henoch dos Reis em virtude de resolução da mesma Câmara. Rio de Janeiro, Typographia da Viuva Pinto & Filho, 1887.

BRASIL. Assembleia Geral, Constituinte e Legislativa. *Annaes do Parlamento Brasileiro*. Câmara dos Srs. Deputados, Quarto Anno da Décima-Quinta Legislatura, Sessão de 1875. Rio de Janeiro: Typ. Imperial e Constitucional Villeneuve, 1875.

BRASIL. Assembleia Geral, Constituinte e Legislativa. *Annais do Senado do Império do Brasil*. Sessão da Legislatura de março de 1841. Rio de Janeiro: Typ. do Diário do Rio de Janeiro, 1841.

BRUSQUE, Carlos de Araújo. *Relatório apresentado à Assembléia Legislativa da Província do Pará na Segunda Sessão da XIII Legislatura em 1º de novembro de 1863*. Pará: Typografia de Francisco Carlos Rhossard, 1863.

CASTONGUAY, Stéphane; EVENDEN, Matthew. Introduction. In: CASTONGUAY, Stéphane; EVENDEN, Matthew (ed.). *Urban Rivers: Remaking Rivers Cities and Space in Europe and North America*. Pittsburgh, PA: University of Pittsburgh Press, 2012. p. 1-18.

CAVALCANTE, Maria do Espírito Santo Rosa. *Tocantins: o Movimento Separatista do Norte de Goiás (1821-1988)*. Goiânia: Ed. UCG; São Paulo: Anita Garibaldi, 1999.

DOLES, Dalísia. *As comunicações fluviais pelo Tocantins e Araguaia no século XIX*.



1972. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, 1972.

FERREIRA NETO, Francisco. *150 anos de transportes no Brasil*. Rio de Janeiro: CEDOP/MT, 1974.

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). [*Mapa hidrográfico da Bacia Amazônica*]. Rio de Janeiro: FBN, [1793]. 1 mapa, color. Disponível em: [http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo\\_digital/div\\_cartografia/cart511687/cart511687.jpg](http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart511687/cart511687.jpg). Acesso em: 12 fev. 2023.

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). Prospecto da casa da residência do Engenho de açúcar do capitão João Manoel Roiz, situada no Rio Araguaia, perto da cidade do Pará. Rio de Janeiro: FBN, [18--]. 1 Iconografia, color. Disponível em: [http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo\\_digital/div\\_manuscritos/mss1095075/mss1095075.jpg](http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_manuscritos/mss1095075/mss1095075.jpg) Acesso em: 12 fev. 2023.

GREGORIO, Vitor Marcos. Mãos á obra: o governo provincial paraense e seus esforços para a navegação da região amazônica - 1850-1867. *Almanaque Braziliense*, São Paulo, n. 9, p. 122-136, 2009.

LENOBLE, Robert. *História da Ideia de Natureza*. Rio de Janeiro: Edições 70, 1990.

LOPES, Siméia de Nazaré. *O comércio interno no Pará oitocentista: Atos, sujeitos sociais controle entre 1840-1855*. 2022. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) - Universidade Federal do Pará, Belém, 2002.

LUZ, Nícia Vilela. *A Amazônia para os Negros Americanos: Origens de uma controvérsia internacional*. Rio de Janeiro: Saga, 1968.

MAGALHÃES, Couto de. *Relatório dos Negócios da Província do Pará de 15 de agosto de 1864*. Rio de Janeiro: Livraria do Povo, 1864.

MATOS, Odilon. Vias de comunicação. In: HOLANDA, Sergio Buarque de (dir.). *História Geral da civilização brasileira*. São Paulo: Difel, 1974. t. 2, v. 2, p. 42- 59.

MEDEIROS, Fernando Sabóia de *A liberdade de navegação do Amazonas (relações entre o Império e os Estados Unidos da América)*. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1938.

MEDEIROS, Vera B. Alarcón. *Incompreensível colosso: a Amazônia no início do Segundo Reinado (1840-1850)*. 2006. Tese (Doutorado) - Faculdade de Geografia e História da Universidade de Barcelona, Barcelona, 2006.





MOLLE, François; MOLLINGA, Peter; WESTER, Philippus. Hydraulic Bureaucracies and the Hydraulic Mission: Flows of Water, Flows of Power. *Water Alternatives*, [Paris], v. 2, n. 3, 2009, p. 328-349.

NATAL, Jorge Luiz Alves. *Transporte, ocupação do espaço e desenvolvimento capitalista no Brasil: História e perspectivas*. 1991. Tese (Doutorado em economia) - UNICAMP, Campinas, 1991.

PARÁ. *Ofício do Presidente da Província do Pará Couto de Magalhães em 8 de maio de 1866*. Pará, 1866.

PENNA, Domingos Soares Ferreira. *O Tocantins e o Anapú. Relatório do Secretário da Província do Pará*. Belém: Typ. de Frederico Rhossard, 1864.

RABELLO, Andréa Fernandes. Os caminhos de ferro da Província do Rio de Janeiro: Ferrovias e café na 2ª metade do século XIX. 1996. Dissertação (Mestrado) - ICHF-UFF, Niterói, 1996.

REIS, Arthur César Ferreira. Panorama econômico-financeiro do Segundo Reinado: navegação fluvial, principalmente a do Amazonas. In: CONGRESSO DE HISTÓRIA NACIONAL, 3., 1938, [Rio de Janeiro]. *Anais [...]*. [Rio de Janeiro]: IHGB, 1938.v. 4.

SÁ, Jesuíno Marcondes de Oliveira. *Relatório Ministério dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas do ano de 1864 apresentado à Assembléia Geral na 3ª Sessão da 12ª Legislatura*. Rio de Janeiro: Typographia Universal de E & H Laemmert, 1865.

SAMPAIO, Maria Clara Sales Carneiro. *Fronteiras negras ao sul: a proposta dos Estados Unidos de colonizar a Amazônia brasileira com afrodescendentes norte-americanos na década de 1860*. 2008. Dissertação (Mestrado em História) - FFLCH-USP, São Paulo, 2008.

THOMAS, Keith. *O homem e mundo natural: mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

WORSTER, Donald. Hydraulic Society in California: An Ecological Interpretation. *Agricultural History*, [New York], v. 56, n. 3, p. 503-515, 1982.

#### Notas

<sup>1</sup>Docente da Universidade Federal do Maranhão.

<sup>2</sup>Universidade CEUMA – UNICEUMA.





<sup>3</sup>Tais como: *Atlas do império do Brasil* (1868/1<sup>a</sup> ed.), de Candido Mendes de Almeida; *Dicionário Histórico Geográfico da Província do Maranhão* (1870), do Dr. Cesar Augusto Marques; *Fragmentos para a Chorographia do Maranhão* (1901/1<sup>a</sup> ed.), de Justo Jansen Ferreira.

<sup>4</sup>Ferreira nasceu em São Luís, em 16 de março de 1864, e faleceu na mesma cidade, a 18 de agosto de 1930. Formado em medicina, atuou como professor catedrático da disciplina de Geografia Geral e Corografia do Brasil no Liceu Maranhense, e de Física, Química e Mineralogia na Escola Normal. Fez parte de importantes instituições científicas ao redor do mundo, tais como: a Sociedade de Astronomia de Paris e a Sociedade de Geografia, de Lisboa, como também foi membro do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão.

<sup>5</sup>Candido Mendes de Almeida em *Atlas do império do Brasil* (1868/1<sup>a</sup> ed.), José ribeiro do Amaral em *Estado do Maranhão* (1896/1<sup>a</sup> ed.), Augusto Olympio Viveiros de Castro em *A província do Maranhão e a imigração* (1888/1<sup>a</sup> ed.).

<sup>6</sup>Os *Princípios elementares de chronologia para uso do lyceu do Ceará* (1850/1<sup>a</sup> ed.), de Thomaz Pompeo de Souza Brasil; a *Carta da capitania do Ceará levantada por ordem do governador Manoel Ignácio de Sampaio* (1818/1<sup>a</sup> ed.), de Antonio José da Silva Paulet; a *Corografia Histórica da Província de Minas Gerais* (1837/1<sup>a</sup> ed.), do Marechal Raimundo José da Cunha Matos.

<sup>7</sup>Natural da província do Maranhão, nasceu em 2 de junho de 1841. Bacharel em ciências sociais e jurídicas pela faculdade de Recife, se forma em 1864 e exerce alguns cargos, começando pelo de promotor público, representa sua província legislativa de 1878 a 1881. Participou do *Publicador Maranhense* nos anos de 1885 a 1866 (Blake, 1893, v. 2, p. 354).

<sup>8</sup>Natural de Caxias – MA, foi romancista, crítico e teatrólogo. Nasceu em 21 de fevereiro de 1864 e faleceu no Rio de Janeiro, em 28 de novembro de 1934, mudando-se ainda na infância com a família à referida cidade.

<sup>9</sup>Nasceu em 16 de dezembro de 1865 no Rio de Janeiro, e faleceu, na mesma cidade, em 28 de dezembro de 1918. Foi jornalista, poeta e inspetor de ensino.

<sup>10</sup>Para Salomão (2022) os paratextos podem ser definidos como elementos que se localizam antes e após o texto – capa, epígrafe, dedicatória etc, configurando-se como um espaço que permite esclarecer o pensamento dos autores e apresentar informações sobre as suas intenções, concepções e críticas. Genette (2009, p. 17-18) esclarece que “o paratexto, sob todas as suas formas, é um discurso fundamentalmente heterônimo, auxiliar, a serviço de outra coisa que constitui sua razão de ser: o texto”.

<sup>11</sup>Émile Levasseur (1828-1911) foi o responsável pela nova organização do ensino básico da Geografia no país [França], e o forte inspirador da Geografia Econômica ali praticada, além de um grande organizador das estatísticas francesas (Moraes, 2015, p. 2).

<sup>12</sup>Candido de Figueredo (1846-1925) foi lexicografo, jornalista, poeta e tradutor. Em 1874 licenciou-se em Direito pela Universidade de Coimbra e muda-se para Lisboa em 1876 para exercer a advocacia, tornando-se professor do Liceu. Por outro lado, assume diversos cargos na administração pública ao longo de sua carreira. Foi autor de diversas obras tanto de literatura quando de caráter didático nos campos da filologia, história, geografia, direito e economia. Destacou-se pelo empenho em corrigir erros de ortografia e sintaxe integrando uma comissão encarregada da fixação das bases ortográficas da língua portuguesa (Lisboa, 1990, v. 2, p. 77).